

**O SERVIÇO SOCIAL E A AGENDA GLOBAL:  
BALANÇO PROSPECTIVO  
AGENDA PARA O SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS:  
QUE DESAFIOS PARA A PROFISSÃO?**

**Maria Joaquina Ruas Madeira**  
*Presidente da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS)*

O Eng. António Guterres, indigitado Secretário-Geral das Nações Unidas e um ilustre concidadão, num dos seus discursos recentes, referia:

*“Não há paz sem desenvolvimento e não há desenvolvimento sem Paz. Também é verdade que não há Paz e desenvolvimento, sem respeito pelos Direitos Humanos”. E concluiu: “No mundo de hoje, ninguém pode prosperar se não puder aproveitar o potencial de toda a gente, homens e mulheres”.*

Aqui está um bom mote para falar do Serviço Social, dos seus agentes, os Assistentes Sociais e dos desafios que têm de enfrentar.

Como sabemos, os Direitos Humanos são a semente, o horizonte e o princípio organizativo do Serviço Social, a sua própria razão de existir.

Tal determina que a intervenção seja cunhada nos direitos e não nas necessidades, o que a determina a negação, por princípio, do assistencialismo.

Assim, a visão, o horizonte do Serviço Social é que ele próprio deixe de ter razão de existir, porque todos os seres humanos na terra gozam dos direitos que a sua condição humana exige. Sonho ou utopia? Talvez. Mas como diz o poeta da Arrábida, Sebastião da Gama “Pelo sonho é que vamos... Chegamos, não chegamos..?”

Esta mensagem que vos li do nosso ilustre concidadão não se afasta do tema que marca o do Dia Mundial do Serviço Social, deste ano :

*“As sociedades prosperam quando a dignidade e os Direitos de todos os povos são respeitados”*

Esta é a agenda e o desafio quotidiano para os profissionais de Serviço Social.

Convido por isso cada um/uma de vós no nosso local de trabalho, no final de cada dia fazer esta auto-avaliação:

Como é que hoje contribuí para este objetivo?

E será que o estou a fazer de forma certa?

O mundo pula e avança, e o Serviço Social?

A realidade mundial e nacional que hoje vivemos é complexa, difícil, imprevisível, instável e rápida e por isso nos preocupa e desafia.

Os Assistentes Sociais, como sempre, estão na primeira linha da acção de proximidade, junto das pessoas e famílias mais afectadas pelos problemas decorrentes destas profundas e turbulentas mudanças/transformações em curso, que afectam os próprios agentes.

Sabemos que muitos profissionais, eles próprios, experimentam injustiças e atentados à sua dignidade pessoal e profissional.

Muitos estão desempregados, uma grande parte procura o primeiro emprego.

Sabemos, também, que o território do Serviço Social é um “campo acossado” e disputado por outras profissões. Na realidade não existem fronteiras no campo que denominamos social.

Assim sendo, admitem-se intervenções de várias áreas profissionais das Ciências Humanas e Sociais e esse é um aspecto positivo, o da multidisciplinaridade que configura a abordagem que hoje os problemas sociais exigem.

Mas esta intervenção deve agir em complementaridade e não em sobreposição e na confusão de campos de actuação específicos de cada profissão.

O Serviço Social tem que afirmar a sua identidade científica e técnica e a sua especificidade no conhecer e saber fazer, no que lhe é próprio. Só desta forma será construtivo trabalhar em equipas multidisciplinares, única forma de hoje abordar os problemas sociais ditos complexos.

Mas também sabemos que o contexto social, económico e cultural do tempo que vivemos, configura o que alguns denominam de “crise perfeita” dado que emerge um novo quadro civilizacional que vai aos alicerces da sociedade tal como a conhecíamos, o que desafia, empurra, questiona os saberes e o saber fazer dos Assistentes Sociais.

Não será certamente o fim do mundo. Mas é o fim do mundo que conhecemos.

Tal como afirmou no seu tempo o Padre António Vieira:

*“Do presente sabemos pouco, do passado menos e do futuro nada”*

Vivemos grandes incertezas, mas verificamos que estas transformações a que assistimos, em campos e escalas plurais, no mundo, na Europa como em Portugal, têm sido acompanhadas do crescimento da pobreza e das desigualdades, ao mesmo tempo que se vem verificando o desinvestimento das políticas públicas com a crescente responsabilização das organizações de solidariedade, das entidades locais, das famílias e dos cidadãos.

Assistimos assim, ao empobrecimento das pessoas e das famílias, mas também das próprias políticas e das organizações de base local.

A realidade social e a urgência de respostas imediatas pressionam a intervenção dos Assistentes Sociais para respostas casuísticas e de carácter urgente, o que se compreende num contexto de crise, mas que exige dos profissionais uma atitude crítica e capacidade acrescida de perspetivarem o seu trabalho numa dimensão de mudança, focada nos direitos e fazendo recurso redobrado à criatividade, ao trabalho multidisciplinar e à cooperação a todos os níveis.

Sabemos finalmente que hoje o exercício profissional é fortemente marcado pela denominada “normatividade procedimental”, trabalho burocrático, falando-se mesmo em “Obsessão quantitativa”.

Configura-se uma situação em que parece que se está mais tempo a “gerir” a pobreza do que a combatê-la.

No emaranhado da burocracia e dos números resta pouco tempo aos profissionais para a intervenção direta com os cidadãos e famílias, para tarefas capacitantes que exigem tempo adequado para a construção de redes de suporte e para a acção comunitária de base local.

Intervenção que deve ter na base um conhecimento e compreensão da causa dos problemas, um planeamento estratégico e sobretudo uma acção reflectida e participada.

Na verdade estas realidades que hoje vivemos, já foram experimentadas, de certa forma, noutros tempos, talvez até em contextos mais difíceis. O Serviço Social sempre foi capaz por um lado de se adaptar, de incorporar o novo conhecimento e o quotidiano vivido e de se reconfigurar e reinventar, reforçando a sua matriz identitária e a sua missão, consistente ao longo do tempo, sabendo desenvolver as competências e o “saber fazer” necessários, sem perder o rumo nem o horizonte que é sempre o respeito e o reforço da Dignidade Humana.

Importa então colocar a questão:

Quais as melhores formas e métodos para reinventar o “novo” Serviço Social, que responda aos desafios e exigências do nosso tempo?

E assim entro no meu terceiro e ultimo ponto.

Diz-nos a definição internacional que o Serviço Social visa a promoção da pessoa e a sua capacitação e autonomia, o desenvolvimento, a mudança e a coesão social, orientando-se pelos princípios/valores da Dignidade, da Justiça Social, da Responsabilidade colectiva e Respeito pela pessoa humana e pela sua pluralidade.

*“Sê plural como o Universo”* Fernando Pessoa.

Sabemos que o agir do Assistente Social deve pautar-se pela co-construção e alianças, quer no envolvimento das pessoas e famílias-alvo quer dos agentes comunitários e institucionais, sem perder de vista os referenciais que animam o Serviço Social.

Em momentos de crise, como o que estamos a viver, coloca-se a questão: como manter os propósitos do Serviço Social sem cair no que vou denominar “pobreza de intervenção” a que já me referi?

Parece-me essencial atender às seguintes dimensões:

Manter o espírito crítico e o discernimento necessários para compreender, antes de agir.

Recorrer à supervisão individual ou à equipa, como suporte pessoal e profissional e como prevenção do “burnout”.

Manter-se informado e formado e aprender em contexto de trabalho, num quadro de auto-avaliação permanente.

Fertilizar a criatividade, a inovação e ousar “fazer caminho sem cartilha”

Adaptar-se às circunstâncias transitórias, mas com os olhos postos no essencial - os Direitos e a Dignidade Humana. Um misto de adaptação e inconformidade.

Manter firme a ideia de sociedade como sistema (o que fazemos influencia o todo) e de sociedade em construção - a mudança é possível.

Procurar insistentemente novas formas de atuação e agir numa permanente esforço de intervenção em rede, consistente e em equipas multidisciplinares.

Não esquecer, no entanto o fundamental, as pessoas são o recurso essencial para a mudança. Sem elas, sem a sua participação activa e empenhada a mudança nunca será possível.

O Serviço Social cumpre-se com a participação, realiza-se na capacitação, na autonomia e na libertação dos constrangimentos que cerceiam a liberdade e a dignidade dos seres humanos.

Finalmente, o que me parece essencial:

O conhecimento teórico tem que ser aliado e orientado para uma prática profissional que contribua para a aquisição de atitudes e conhecimentos consentâneos com os valores fundadores da profissão, numa realidade social e culturalmente sempre em mudança.

A intervenção profissional pressupõe antes demais “saber” e “saber fazer”, o que implica questionar a realidade e compreendê-la em todas as suas dimensões.

A dimensão política do serviço Social desafia os profissionais a intervir em processos de militância, entendidos como fundamentais para uma democracia mais justa, em que a acção colectiva e cívica de movimentos, são a forma de atingir objectivos de alcance político ou de interesse geral.

Falemos agora um pouco da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS):

A APSS está consciente dos desafios colocados ao Serviço Social, mas também informada sobre os problemas que alguns profissionais enfrentam quer na procura de emprego quer no que se refere às condições de trabalho, muitas vezes roçando a indignidade das pessoas e dos profissionais.

Para reforçar a sua capacidade de intervenção a APSS estabeleceu um Protocolo de Cooperação com o Sindicato Nacional de Assistentes Sociais.

Mas a própria Associação necessita de alargar a sua base associativa e receber um maior envolvimento e compromisso dos Assistentes Sociais.

Sem a união da classe, não existe a força e a capacidade de intervenção da APSS no espaço público.

É preciso que os profissionais tenham consciência, que nesta fase a APSS ainda não está a ser capaz de responder com oportunidade e eficiência às necessidades e desafios que hoje são postos à classe, nem de desempenhar um papel activo na sociedade portuguesa.

A fraca base de apoio associativo, que não atinge os 10% do numero de Assistentes Sociais do país, não permite criar uma associação à altura das exigências do momento e que seja financeiramente sustentável. O presente e futuro da APSS está mais nas mãos dos profissionais, da classe em geral, do que

nos esforços e trabalho dos corpos sociais que a dirigem, de forma voluntária e absolutamente comprometida.

A criação da Ordem Profissional continua a ser o objectivo chave, pois a regulação da profissão assim o exige. Necessitamos, no entanto, de pôr “ordem na casa” – organizar, capacitar, dar ainda mais poder representativo à Associação que constitui o único interlocutor válido e reconhecido para este efeito.

Por isso também a participação e envolvimento dos Assistentes Sociais na sua estrutura associativa é um DIREITO, mas igualmente um DEVER, um serviço que presta à profissão, a si próprio e ao Serviço Social, tão essencial para o nosso país, que importa continuar a defender e a qualificar.

A APSS tem um envolvimento muito participativo na Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS) e noutras instâncias internacionais, como seja no Conselho de Europa em representação da FIAS Europa.

Esta participação em instâncias internacionais é essencial, mas exigente pois pede quotidianamente acompanhamento e respostas, às vezes em tempo real.

Estamos conscientes de que é necessário ir mais além e sermos menos reactivos e mais proativos nos palcos nacionais e europeus e internacionais.

Para terminar e em homenagem aos Assistentes Sociais, que no dia a dia se esforçam por construir um mundo melhor, dedico este poema, tão lindo como pleno de vontade, determinação e esperança, de Almada Negreiros, que intitulei:

“O Assistente Social em acção, hoje e sempre”

*“Não tiveram resultado todas as esperanças que tinha posto no dia de hoje!  
Mas amanhã, se Deus quiser  
De manhã, muito cedinho  
Todas as Esperanças começam  
Outra vez, á procura da sua vez”*

Almada Negreiros